



24ª SESSÃO ORDINÁRIA – 21.08.2019.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas no Palácio Marumbi, Plenário da Câmara Municipal de Morretes, sob a Presidência do Vereador Deimeval Borba, estando presentes os Vereadores Luciano Cardoso, Mauricio Porrua, Júlio César Cassilha, João Carlos Sellmer, Sebastião Brindarolli Junior, Marcela da Silva Elias, Flávia Rebello Miranda, Samuel Cordeiro Adriano, Valdecir Mora e Vereador Mauro Cardoso de Pontes, havendo quórum legal de Vereadores, pedindo a proteção de Deus e amparado pelas Leis vigentes no país; o Presidente declarou aberta a presente Sessão. Presidente – alguma consideração sobre a ata da 23ª sessão ordinária em 14/08/2019? A ata está aprovada. II - expediente: Presidente: leitura de correspondências. Presidente: correspondências recebidas do executivo. SECRETARIA - Ofício nº 309/2019 – Do gabinete do Prefeito, em resposta à indicação nº241/2019 e Requerimento nº 38/2019. SECRETÁRIA – Ofício nº 310/2019 – Do Gabinete do Prefeito, encaminhando Ofício 491/2019 do DER (Departamento de estradas e rodagem) em resposta a Indicação nº 265/2018. Secretária – Ofício nº 331/2019 – Da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a disponibilidade da sala de reunião e/ou Plenário no dia 27 de agosto das 08:00 ao 12:00 para Capacitação dos Programas de Vitamina A e Bolsa Família. Presidente – Tal solicitação foi respondida através do Ofício 152 /2019. Presidente: correspondências expedidas pelo legislativo. Presidente - nos termos do artigo 18, inciso vii do ri, encontra-se nas pastas dos vereadores o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas pela câmara referente ao mês de julho/2019. Secretária – Ofício nº 153/2019 – Encaminhando ao Executivo a solicitação referente a substituição do Exmo. Vereador Maurício Porrua pelo Exmo. Vereador Sebastião Brindarolli Junior, na suplência do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Secretária – Ofício nº 154/2019 – encaminhando à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/Morretes o Ofício nº 001/2019 do gabinete do Vereador Júlio César Cassilha, referente ao convite para a Sessão Legislativa alusiva à “Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2019”. Presidente: Quero informar aos senhores que encontra-se na pasta conforme o artigo 18, inciso sétimo do Regimento Interno, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas pela Câmara referente ao mês de julho/2019. Vale salientar que apesar de nós termos feito um pronunciamento na sessão passada sobre esses recursos, mais uma vez nós tivemos uma especulação devido as atividades, os empreendimentos que estão sendo feitos por esta Casa de que



este Presidente estaria gastando os recursos da Camara para não fazer o repasse no final do ano para o executivo. Primeiro que o recurso não é da Camara, o recurso é do munícipe, então vale salientar que os senhores tem suas pastas, dados.. nós graças a Deus e graças a colaboração de cada um dos vereadores e vereadoras, trezentos mil em poupança pronta para a disposição do executivo e se continuar neste ritmo, no final deste ano nós vamos devolver meio milhão para o executivo porque o dinheiro é do povo e volta para o povo através do executivo. Isto é a eficiência de uma gestão, não é com discurso, é dessa fôrma que acontece., Então, hoje mesmo conversei com o nosso diretor financeiro e devemos já ainda essa semana aumentar a poupança de 300 para 350 mil; apesar de tudo o que está sendo feito na casa, porque nós não podemos de forma alguma dividir executivo e legislativo, são poderes distintos mas estamos a serviço das mesmas pessoas então esses números que os senhores estão vendo e os presentes podem ver no banner que está aí desde o mês de janeiro nós temos um banner mensal onde nós colocamos com uma descrição não técnica para o nosso entendimento, nós que não somos técnicos, poder entender toda a despesa da câmara, todo o repasse, e o saldo que lá está... então aquilo que se fala, aquilo que se escreve nem sempre é a realidade. Presidente – correspondências recebidas dos vereadores e comissões da casa. Secretária – Ofício nº029/2019 – do Gabinete do Vereador Sebastião Brindarolli Jr, solicitando a retirada do Projeto de lei nº 2148/2019. Presidente – Tal solicitação foi deferida e o processo legislativo devidamente arquivado. Presidente – leitura dos projetos de lei. presidente – leitura dos projetos de lei de iniciativa do poder executivo. Secretaria - projeto de lei nº 2154/2019 - súmula: "cria 03 (três) cargos de procurador do município de Morretes e dá outras providências". secretária – senhor presidente o presente projeto de lei já foi aprovado em 1ª apreciação na sessão plenária passada. Presidente - encaminhe-se o projeto de lei nº 2154/2019 para a ordem do dia da presente sessão para 2ª apreciação. Secretária – projeto de lei nº 2158/2019 – dispõe sobre os cargos de diretoria jurídica, assessoria jurídica i e assessoria de cadastro imobiliário para processos judiciais e administrativos e dá outras providências."Presidente – encaminhe-se o presente projeto para as comissões de constituição de justiça e redação e finanças, orçamento e gestão para exarar pareceres. Presidente – leitura dos projetos de lei de iniciativa do poder legislativo. Secretária - projeto de lei nº 2156/2019 - súmula: "fica obrigatória nas agências bancárias do município de morretes a instalação de porta eletrônica de segurança individualizada em todos os acessos destinados ao público." Secretária – senhor presidente o presente projeto de lei já foi aprovado em 1ª apreciação na sessão plenária passada. presidente - encaminhe-se o projeto de lei nº 2156/2019 para a ordem do dia da presente sessão para 2ª apreciação. presidente – leitura dos projetos de resolução. Secretária – projeto de resolução nº015/2019 – súmula: "dispõe sobre a proposta parcial do orçamento da câmara municipal de morretes, para o exercício de 2020". Presidente – considerando o prazo estipulado pela lei orgânica, o presente projeto foi distribuído aos vereadores para análise e deverá ser apreciado na próxima sessão ordinária. presidente - leitura das proposições de requerimentos. Secretária: requerimento 048/2019 Autor: Sebastião Brindarolli Jr Objeto:



Requer ao Chefe do Executivo, solicitando informações atualizadas sobre o caminhão marca/modelo Ford F-4000, placa AOK 3557, caminhão esse que fazia o transporte do leite nas cooperativas, que se encontrava abandonado em uma oficina mecânica em Curitiba conforme denúncia e fotos em anexo ao requerimento de número 72/2018, se o mesmo já está em circulação, qual secretaria está lotado esse caminhão e também o custo total dessa reforma para os cofres públicos. Presidente: encaminhe-se a proposição de requerimento 048/2019 para a ordem do dia da presente sessão. Presidente - leitura de proposições de indicações. Secretaria – indicação nº 299/2019 Autor: João Carlos Sellmer Objeto: Sugere ao Executivo para estudar a possibilidade de troca de lâmpada em frente ao Sr. Benedito poste 11191. Presidente – encaminhe-se secretaria – indicação nº 300/2019 Autor: João Carlos Sellmer Objeto: Sugere ao Executivo para estudar a possibilidade de troca de lâmpada na Rua do Sambaqui em frente ao antigo módulo policial. PRESIDENTE – encaminhe-se secretaria – indicação nº 301/2019 Autor: João Carlos Sellmer Objeto: Sugere ao Executivo para estudar a possibilidade de patrolamento na Rua Pai Chicote do bairro Martha até a entrada do Pindaúva. Presidente – encaminhe-se Secretaria – indicação nº 302/2019 Autor: Júlio Cesar Cassilha Objeto: Sugere ao Executivo para estudar a possibilidade de realizar os serviços de relacionados abaixo, todos no Posto de saúde no Bairro Jardim das Palmeiras. Reforma do Telhado; Cercamento em alambrado ou material similar; Cobertura frontal para abrigar os pacientes em dia de chuva; Rampa de acesso para cadeirantes; Pintura interna e externa; Presidente – encaminhe-se Secretaria – indicação nº 303/2019 Autor: Sebastião Brindarolli Júnior Objeto: Sugere ao Executivo para que encaminhe Ofício ao DER/PR e/ou Ecovia para que se estude a possibilidade de implantar passagem elevada ou faixa de pedestres no prolongamento da Rua Almirante Frederico de Oliveira, PR-408 , em frente a Escola Rural Municipal de Barro Branco tendo em vista grande risco gerado, principalmente a alunos da Escola, a transeuntes e ciclistas devido transito de veículos em alta velocidade. Presidente – encaminhe-se. Secretaria – indicação nº 304/2019. Autor: Sebastião Brindarolli Júnior Objeto: Sugere ao Executivo para estudar a possibilidade de se colocar material fresado na primeira entrada do Bairro Seis Marias, antes do ponto de ônibus. presidente – encaminhe-se. secretaria – indicação nº 305/2019 Autor: Marcela da Silva Elias Objeto: Sugere ao Executivo para providenciar a extensão de rede de luz na estrada do Santa Fé, próximo ao lapa. Presidente – encaminhe-se. secretaria – indicação nº 306/2019 Autor: Marcela da Silva Elias Objeto: Sugere ao Executivo para para realizar serviço de instalação de uma placa de sinalização (Pare), na Rua XV de novembro em frente ao Armazém do Artesanato. Presidente – encaminhe-se. secretaria – indicação Nº 307/2019 Autor: Mauro Cardoso de Pontes. Objeto: Sugere ao Executivo para estudar a possibilidade de realizar serviços de Jardinagem e revitalização do parquinho ao lado do campo “Estádio José Lourenço Malucelli- Ferroviário”, na Rua João Turin, vila dos Ferroviários, localizada neste Município de Morretes. Presidente – encaminhe-se. presidente – encerrada a leitura das matérias do expediente, e antes de passarmos a palavra aos vereadores inscritos, vamos proceder a entrega dos certificados de homenagem, para isso convido o vereador júlio cesar cassilha para fazer seu pronunciamento. Enquanto o vereador está se



dirigindo à Tribuna, eu quero agradecer a presença de todos senhores secretários e diretores e também os homenageados sejam todos bem-vindos e agradecer aqui ao o Pedro Lucas que está fazendo aqui a transmissão aí para todos nós. Com a palavra senhor Vereador. Vereador Júlio Cassilha: população presente, diretoria da APAE, alunos, professores, Presidente.. boa noite a todos. Não tenho muito o hábito de usar essa tribuna, mas não poderia deixar passar em branco o início que se dá no dia de hoje da semana nacional da pessoa com deficiência intelectual e múltipla 2019. E prestar uma singela homenagem, que esse ano 2019 traz o tema "família e a pessoa com deficiência protagonistas na implementação das políticas públicas". Na verdade quando falamos em protagonistas, se trata da figura central de uma situação que persegue os objetivos centrais de uma história. Ela também é considerada como um herói da trama, muito embora essa atribuição possa ser dada de forma resistente ao avaliar o caminho percorrido por este herói. Neste caso estamos nos referindo às famílias como figura central da história da pessoa com deficiência; seus integrantes são verdadeiros heróis. Então, o movimento apaeano em 2019 nos convoca a refletir sobre a importância a ser atribuída a família e a pessoa com deficiência na implementação de políticas públicas, entre elas esporte, lazer, trabalho entre outras. Nesse sentido nos perguntamos: "como se dá a inclusão em nosso município se nós é difícil a participação mais ampla federal ou estadual?". Vamos começar por nosso município. Aqui em Morretes a diretoria da secretaria de ação social e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão trabalhando na reestruturação da lei que cria o Conselho Municipal de direitos da pessoa com deficiência. Nesse ato, nos comprometemos a apoiar e acompanhar todo o processo de implantação, cobrando agilidade do poder executivo e tenho certeza que aqui nesta casa de lei terá todo o meu apoio e tenho certeza que também os demais vereadores e vereadoras; pois através desse conselho que fica legitimada a participação do cidadão e das entidades como é o caso da Apae na definição e execução e acompanhamento das diretrizes e ações de implementação da política de garantia dos direitos da pessoa com deficiência bem como de sua família. Não fosse as famílias e as pessoas com deficiência quem melhor estaria enfrentando a sociedade e suas diferentes contradições; a fim de garantir que as pessoas com deficiência tivessem as mesmas oportunidades que as pessoas sem deficiência? evidentemente as famílias; como parte integrante da Associação dos pais e amigos dos excepcionais, APAE, como os parceiros que se juntam os profissionais e outras entidades especializadas e congêneres, para aprimorar a cada ano o exercício da sua luta dia a dia. A caminhada da APAE depende de cada diretoria, Associação da escola, cada professor, funcionário, Equipe técnica, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psiquiatra, neurologista, Presidente e voluntários. O movimento apaeano tem uma rede de serviços que acumula mais de 60 anos de experiência, e se expande para além de 2000 municípios brasileiros em um público estimado em 350000 mil usuários e respectivas famílias. As pessoas com deficiência e suas famílias compõem a rede APAE com o compromisso de lutar pelo avanço das políticas públicas por meio das quais se instauram os direitos sociais e a formação cidadã. As famílias envolvidas por sua vez



colhem os resultados da vida dos filhos, por isso a importância da participação ativa da família. Nosso objetivo então, esta solenidade aqui nesta casa de leis é contribuir com os colegas vereadores, com os familiares, e a população no sentido de refletir: "O que é ser protagonista de fato?" Arriscamos dizer que protagonista é o autor e ator da mesma história, ou seja, é aquele que cria, ao mesmo tempo vive uma determinada situação. É na família que nasce uma pessoa com deficiência, ou seja, é essa mesma família que escreve e vive a história até o fim da vida. Eu quero que também que em nome dessas famílias e alunos e meu nome também, aproveitar a oportunidade agradecer e parabenizar todos e todos os profissionais que compõem a APAE de Morretes pelo carinho, comprometimento e dedicação com seus alunos. Na sequência, essa casa de leis fará a entrega aos familiares aqui presentes uma pequena amostra do nosso respeito e do nosso reconhecimento por sua participação na defesa dos direitos de seus filhos. Encerro minha fala com um abraço as famílias aqui presente não puderam estar aqui presentes com comprometimento de estar ao lado da conquista de seus direitos. Meu muito obrigado. Presidente: Continuando com nossa homenagem, eu mais uma vez quero agradecer a todos os presentes e dizer que nós gostaríamos hoje, mas não foi possível por questões técnicas, mas eu deixo aí para reflexão e para que vocês façam um levantamento, posso ouvir uma música gospel ela o nome da música é "mesmo assim te louvarei", e é uma música que me emocionou muito alguns dias quando eu vi.. essa música é do cantor Lázaro e ele canta junto com o moço por nome Jonathan e eu gostaria muito de passar o clipe aqui, eu imagino que alguém já conhece, mas nós tivemos um problema na mudança do som, nós tivemos um problema técnico que não possibilitou, mas fica aí para vocês assistirem em casa. Procurem lá no YouTube "Lázaro canta com Jonathan". Jonathan é o moço com dificuldades, mas é uma música muito linda, eu acho até que é bom não tocar aqui senão a gente vai acabar chorando aqui. É um negócio muito lindo mesmo e me passaram aqui a letra e a letra é essa: "ninguém fez uma festa quando eu nasci. Mas quem daria uma festa por nascer alguém assim? o tempo todo eu luto para me adaptar. Ai meu Deus te louvarei. Eu louvarei. Tentaram me parar porque nasci assim. Existem algumas coisas tão difíceis para mim mas o que me dói é ver meu irmão a se queixar. Ai meu Deus te louvarei. Eu louvarei eu te louvarei sempre louvarei eu te louvarei Senhor te louvarei eu te louvarei sempre louvarei eu te louvarei Senhor sempre louvarei. E o Lázaro que lançou em 2009 essa música é muito linda e o cantor canta junto com esse moço por nome Jonathan é emocionante. Eu ainda hoje pela manhã pedi para tocarem no meu horário lá na rádio, então é uma maneira de nós fazermos esta homenagem. Quero parabenizar o vereador César Cassilha pela iniciativa e eu vou chamar agora pelo nome e na medida que eu for chamando, um representante vem aqui na frente, pega o certificado e aguarda aqui para fazer a foto e a gente que não foi possível devido ao tempo né de a gente fazer uma sessão ela só para isso então nós encaixando dentro da sessão ordinária por isso a gente não teve tanto tempo assim. A Câmara Municipal de Morretes presta homenagem alusiva à Semana Nacional da pessoa com deficiência intelectual e múltipla de 2019. Presidente – (*faz suas considerações e agradecimentos*). neste momento farei a chamada nominal das famílias homenageadas e solicito para que um representante se



aproxime para o recebimento do certificado.....(entrega e fotos).....Presidente – com a entrega dos certificados, parabenizo todos os homenageados e suas famílias e faço o convite para ficarem a vontade para permanecerem no recinto, sendo que daremos continuidade a presente sessão, chamando neste momento o procurador da prefeitura municipal de Morretes dr victor vitelci de souza alves. agradeço a presença do procurador e primeiramente passo a palavra a proponente do requerimento vereadora flávia rebello miranda que fará as indicações as indagações em referência ao requerimento que ela solicitou, que foi aprovada por essa casa. Quero dizer ao procurador que seja bem-vindo e fique à vontade. Vereadora Flávia Rebello: Senhores, secretários e servidores públicos, secretárias, Doutor Vitor, quero agradecer sua prestreza, a forma ágil que o senhor respondeu o nosso questionamento. Eu sei que o senhor é conhecedor do que vai estar apresentando hoje e para nós é de suma importância à questão da informação né o motivo não é nada mais do que a informação do que trata o decreto 392. É um decreto que todos nós somos sabedores do frissom e do clima de pânico que foi criado entre os servidores e eu credito isso não muito até a decisão do decreto, mas enfim, a falta de informação, a falta de conversa com as categorias para que isso fosse feito de uma forma que não transformasse isso num dilúvio como está posto aí.. e a gente tem recebido informações, e reclamações e indagações que não podemos responder, até porque não fazemos parte da comissão né? Quero inicialmente que o senhor leve o meu respeito a comissão, até porque essa vereadora muitas vezes fez cobranças aqui como presidente da Comissão de Finanças sobre gastos.. em especial com folha de pagamento; nós sabemos que tem vasta lei aí impedindo, determinando algumas coisas, com relação ao excesso de gasto com folha. Nós vamos passar as indagações ao Doutor Vitor sobre o decreto, eu imagino eu que fazendo a leitura do Decreto dos considerando que foi feito esse decreto 392, percebi ali algumas orientações e inclusive procedimentos civis e ação civil pública do MP, a preocupação no cumprimento da lei de responsabilidade fiscal, alguns elementos do tribunal de contas e também a Constituição Federal que foi citada no decreto. Então a pergunta é a seguinte: o critério foi exclusivamente elaborado no cumprimento a essas determinações e orientações? Doutor Vitor: Boa noite Vereadora e Presidente; quero dizer que gosto muito de estar aqui, eu nunca tive votos, eu nunca fui votado nem pra ser presidente de grêmio estudantil e no futebol era o único a ser chamado que era dono da bola; então.. mas eu tenho uma satisfação vereadora e vereadores, de estar aqui e em seu nome, em nome do presidente eu quero cumprimentar a todos os vereadores e vereadoras presentes, quero cumprimentar os servidores públicos, os secretários, salva a Emelen que faz pós-graduação em Curitiba em Direito Administrativo e licitações e que não pode estar e agradecer complementando todos os presentes, é até difícil falar depois de uma homenagem tão bonita dessas que ocorreu aqui. Dona Vitória também quero dar as boas vindas e cumprimentar e também trazer os cumprimentos do prefeito; e Vereadora sempre é uma sensação boa de estar aqui, eu quero dizer que de fato, eu até trouxe aqui um resumo dos índices de gasto com pessoal, só que chegou em um momento em que a administração está contra a parede, por que o prefeito já responde por uma ação de improbidade



administrativa por conta do índice de gasto com pessoal estar acima do permitido, vieram duas recomendações administrativas, uma do gepatria que é um grupo história do Ministério Público sediado em Paranaguá e uma segunda do Ministério Público Estadual da Comarca de Morretes sem falar num procedimento no tribunal de contas que já vem dando alguns alertas em relação ao índice, e aí não tinha para onde correr, na verdade ainda hoje nós tivemos uma reunião com a comissão... tem na verdade essas medidas é nós sabemos que são impopulares, estamos na véspera do ano eleitoral, eu não acredito que nenhum prefeito quisesse ter que tomar essas medidas tao impopulares, mas não tem para onde correr. Eu vou dar um exemplo: o prefeito renovou um TAC no começo de 2017, um tac que já existia no gestor anterior, esse tactirar ela do concurso do Hospital esse tac dizia que era pra chamar do concurso as pessoas para substituir a equipe do hospital que até então tava num PSS. Esse tac, foi impossível cumpri-lo, aí de passado um ano esse TAC primeiramente ele tinha uma multa diária de 1000 reais na renovação com o Prefeito Marajá, duplicou para 2000 o dia. No final do ano Ministério Público pegou este descumprimento do TAC e hoje tem uma ação de execução em face do CPF do prefeito de quase um milhão. Ele já teve veículo bloqueado e enfim, então o prefeito tentou tomar algumas medidas, mas chegou num momento que infelizmente não tem para onde correr. Então voltando à sua pergunta, de fato vereadora.. foi com base nesta ação no Tribunal de contas e não tem pra onde correr. Hoje nós estamos com 60,18% do índice. Presidente: antes da senhora fazer a próxima pergunta eu quero pedir desculpa para vice prefeita, professora que está aqui e me perdoe a cumprimentei a hora que a senhora chegou e a hora que eu nomeiei os demais nossa vice perfeita professora Selma e secretaria de educação, muito obrigado pela sua presença. Vereadora Flávia: Doutor, então assim.. todas as orientações e todos os atos do decreto o senhor afirma que foram embasados nesses considerandos? Doutor Vitor: isso vereadora, e até isso é importante, é eu entendi que a senhora falou que é um frisson de fato, mas o que nós ponderamos com a comissão e falávamos nisso hoje, é que muitas coisas saem de forma não.. não foram ainda concluídas e estão em estudo, mas já sai lá fora como se tivessem sido implantadas. Tem muitos servidores aqui, a maioria dessas desses estudos e dessas análises e elas têm que ser muito responsáveis, porque ela tem um reflexo, um impacto financeiro na vida dos Servidores. Muitas delas ainda não foram nem implantadas, e até a gente escuta uma "mas vamos fazer isso" né, até isso as vezes nem foi objeto de conversa na comissão, às vezes está se discutindo, se trazendo dados, se trazendo valores, se pensando em providências mas não foi implantado. Muita coisa não tá implantada desses incisos do Decreto, claro como decreto fala que é foco principal de fato vereador Vardinho, é o índice.. mas o município tem um problema financeiro muito grande e nós acabamos verificando nesses estudos nessa busca de informações, que muita coisa vinculada à remuneração eram concedidas de legalidade duvidosa né isto também está sendo objeto de regularização. Aqui eu não sou sociólogo, filósofo político eu não sou fenomenólogo político, eu sou procurador geral e não estou comparando não tô analisando e nem tenho nenhuma gestão anterior, mas muita coisa é foi um histórico sabe que trouxe até agora e que daí nós ficamos de fato, o prefeito



fica entre a cruz e a espada. Eu trabalhei, eu tô há 12 anos na Gestão Pública, é o meu o quarto prefeito dos 4 é o único prefeito que numa reunião para decidir cortes de despesa em relação ao pessoal que eu presenciei que o testemunhei chorar na reunião, o olho marejar na reunião até levantar e sair e deixar com a comissão, pensando nos servidores. Então é de fato uma situação bem complicada mas tem-se, tem-se estudado muito, pensado muito quais decisões vão serem tomadas. O decreto, vereadores, ele traz como regra geral corta tudo, excepcionalmente vem os secretários perante a comissão até para justificar, até porque tem muitos casos que acontece que é aquilo que o Tribunal chama as horas extras para complementar salário.. Quando você vai ver efetivamente não existiram as horas extras.. há alguns casos, então isso a gente tem que tomar esse cuidado pra tomar a decisão, mas também pensando sabe por isso que essa ideia, vamos ver caso a caso para ver aquilo que tem o direito e aquilo que não tem. Vou dar um exemplo da lei de responsabilidade 169 principalmente os parágrafos 3º ao 7º da Constituição é os que regulamenta o problema do Índice com gasto de pessoal. Dos 399 municípios, 169 estão com problemas, estão com índice de gasto com pessoal acima. Tem municípios que estão muito próximos um pouco mais que o nosso caso, e dentro daquelas tomadas de decisões das leis, das providencias legais, tem que vir para cá muita coisa muita coisa tem que ser feita por projeto de leis, vejo que por enquanto não chegou nada a esta casa de leis justamente com esse cuidado né, peraí, o que que vai ser tomado de fato; mas eu asseguro para vossa excelência.. muitas coisas cria-se, eu não sei nem como chamar, vou chamar de frisson, mas ainda não são medidas que vão ser tomadas ou não foram tomadas ainda, estão em meros estudos. Claro, não existe como manter o sigilo absoluto.. vou dar um exemplo: dentre essas regulamentações, chegou-se a pensar isso é questão do 6º ao 9º ano. Foram feitas reuniões do núcleo de Paranaguá, tiveram reuniões em discussão, mas para colher informações, para ver como que outros municípios fizeram, quais municípios que hoje tem o 6º ao 9º ano municipalizado.. mas ainda se está nessa fase não se decidiu não tem nenhuma decisão que vai devolver o 6º ao 9º ano pro estado, porque decisões tão importantes assim tem que estar muito bem fundamentadas, e a comissão tem muita preocupação sabe o que levar para o prefeito como sugestões. Vereadora Flávia: Doutor, eu imagino que a comissão, que o senhor já falou que segue todas as orientações das leis que a gente citou.. pra se chegar a constituir comissão existe um estudo. Tem que existir um estudo no município pra dizer que precisamos montar a comissão pra conter gastos. Existe esse estudo? Existe parecer contábil? Doutor Vitor: na verdade, a grande motivação.. o próprio tribunal de contas já com os alertas né ele tem nos últimos quadrimestres, o próprio tribunal tem dito olha "Vocês precisam baixar o índice de gasto com pessoal". Esse foi o grande mote né, isso partiu dali e além disso, o procedimento no Tribunal de Contas ação civil pública por improbidade e as recomendações do Ministério Público. Então chegou seu momento que que tinha isso que tomar uma decisão, isso que motivou. Vereadora Flávia: parecer contábil para se chegar a comissão não tem? Não foi feito estudo financeiro? Doutor Vitor: tem estudos durante as conversas da comissão, essa comissão o Presidente é o secretário de fazenda, até porque legalmente, nos termos da lei 269/2014 é ele que é o responsável



por receitas e corte de despesas, ele é então.. tem a Andreia, tem o Juliano que são pessoas da fazenda que trazem esses valores para a comissão, mas nem necessitou de um estudo, por conta disso que são os considerandos do próprio decreto. Vereadora Flávia: então especificamente em relação aos atos da comissão? Nós sabemos que quando se o município entra nessa questão que compromete a situação financeira do município, existem dois tipos de atitude que devem ser tomadas: o aumento da receita e o controle da despesa. A comissão tem uma ação articulada com relação ao aumento da receita, para que a gente não chegasse a essa situação? Imagino eu que se a comissão tivesse inicialmente feito uma atividade pra mudar a questão da receita, e nós sabemos que não é tão imediata o resultado, porém entende-se que primeiramente deveria-se mexer na receita pra depois mexer na questão da folha de pagamento. Então eu queria saber se o senhor.. a única atividade oficial que eu vi foi o decreto dos cortes. Eu não vi nada com relação a ações articuladas para o aumento da receita. Tem alguma coisa nesse sentido? Doutor Vitor: claro vereadora.. em função do direito tributário, e dos princípios da administração pública e principalmente os princípios tributários, eu tenho aqui o Doutor Junior Brindarolli que também é advogado e deve saber mais do que eu; nós temos dois princípios, o da anterioridade e o da nonagesimal. Esse nome eu memorizei 10 anos depois de terminar a faculdade. O da anterioridade, qualquer lei que crie major ou tributos, ela só pode ser implantado se tiver uma lei no exercício anterior, e pelo princípio da nonagesimal, além de ter no ano anterior a lei tem que ser tem que ser publicado tem que 90 dias, então a maioria, e isso o Poder Executivo vai depender muito da Câmara, são decisões que dependem de legislação. Já tem aqui aquela lei da taxa né, a taxa da cobrança do lixo agora para vincular com a Sanepar, né então essa seria a primeira voltam projetos de lei para esta casa também discutir, que as leis não foram aprovadas no final do ano passado mas que neste ano houve aumento de IPTU e aí ele vai ter que estar vinculado ao que nós chamamos de planta genérica de valores né; porque o IPTU de Morretes não é só de Morretes a maioria das cidades, ele acaba sendo desatualizado porque a base de cálculo do IPTU é o valor do imóvel.. mas o valor do imóvel se ele não tiver uma atualização, se não tiver uma planta ele acaba pagando muito pouco de IPTU, sem falar que tem regiões que já são perímetro urbano e que ainda não são tributadas como né IPTU, então este aumento do IPTU, tributar aquelas regiões que não estão sendo tributadas com IPTU, além disso o aumento do ITBI é imposto de transmissão de bens Imóveis, e também do ISS. Então isso são providências que estão sendo já elaboradas e que vem depois para esta casa né, para merecida discussão e que vão ajudar muito nesse aumento de receita. Além disso, nós estamos já entrando em contato com a Copel, isso diga-se de passagem sugestão do vereador Maurício, para tentar cobrar os royalties dos recursos hídricos que não são cobrados da Copel. Também está se buscando o ICMS Ecológico também vem semana que vem um projeto de lei Presidente, para esta casa. Nos cargos comissionados, a ideia é transformar dois cargos para uma atividade específica que possa tomar as providências para que o município possa tributar o ICMS ecológico. Então assim, falando em ações para aumentar arrecadação. Vossa excelência está coberta de razão, tem que



pensar em aumentar arrecadação. Se tudo der certo, e nós acreditamos muito que dará, nós contamos na razoabilidade e esta casa nesse sentido, se essas leis forem aprovadas, aumentando arrecadação, automaticamente o índice de gasto com pessoal diminui. Então, se tudo der certo com essas providências e contando com a colaboração de vossas excelências, já no ano que vem já no primeiro quadrimestre do ano que vem nós já temos uma outra graças a Deus, um outro cenário. Vereadora Flávia: então, o que o senhor explicou, são ações do Poder Executivo? Não são ações da comissão. Doutor Vitor: Isso. Na verdade, são ações que a comissão tá estudando para sugerir para o executivo. Vereadora Flávia: não teve ato oficial? Doutor Vitor: Não, ainda não. Porque daí a comissão analisa, discute é encaminhada para o prefeito, explica para o prefeito, e ele toma decisão. Então são projetos de lei que devem vir hoje, no máximo no início do mês que vem para cá. Vereadora Flávia: Com relação especificamente aos itens de corte no decreto, queria falar sobre intra jornada, ajuda de custo, adicional de insalubridade e periculosidade e sobreaviso. Esses itens, eles estão embasados em qual legislação para estar dentro do decreto? Doutor Vitor: Como eu falei pra Vossa Excelência lá no início, o decreto, ele disse, olha, vamos proibir tudo, para que cada secretário justifique pra manutenção. Então, na verdade, baseado no princípio da razoabilidade e no próprio artigo 22 da lei de responsabilidade, porque ninguém vai cortar aquilo que seja ilegal, mas por exemplo, servidor que estava na saúde mas que hoje está em outro local que não está convivendo diretamente naquele ambiente insalubre, tem muitos servidores que continuaram com o adicional, isso é a luz da própria CLT né, então neste caso a própria CLT. Vereadora Flávia: Doutor, nós vamos ter que discordar um pouquinho, o senhor está comentando com a gente ato de erro administrativo, de ceder insalubridade para algumas pessoas determinado tempo, em ceder periculosidade pra outras pessoas e; o senhor entende que precisaria fazer um decreto para retirar atos errôneos, vamos dizer assim? Ou simplesmente se constituiu uma comissão de análise da folha de pagamento e fazer um corte, porque se ele tá ilegal, nós não precisaríamos ter generalizado esses cortes.. porque daí realmente causou essa situação. Doutor Vitor: eu concordo com Vossa Excelência, só que a maioria, eu tenho certeza que não foram cortados. Vereadora Flávia: o senhor está aqui pra gente poder entender, pra obtermos somente informações que forem verdadeiras, e ainda discordando de Vossa Excelência, pense.. quando a gente fala de insalubridade e periculosidade, são todos benefícios do exercício da função, se o senhor os retira, não tem como o senhor deixar a pessoa exercendo aquela função; se ela estiver em lugar insalubre e se ela estiver em um lugar com periculosidade, certo? Doutor Vitor: Concordo com a senhora, for se nós fomos pegar o artigo 22 da lei da lrf lei de responsabilidade fiscal ele vai dizer que você não pode cortar que é decisão judicial, o que é determinação legal. No caso eu vou dar um exemplo do adicional de periculosidade dos vigias, dos guardiões. A própria lei federal já reconheceu que o fato de ser e de estar nessa condição, já tem direito a insalubridade; isso não vai ser cortado e não foi cortado. Então, há casos em que o servidor x está, ele está ganhando aquilo em função da atividade que exerce. Tem pessoas que saíram da atividade e continuam com direito.. entre aspas. Nesse caso vai ter uma comissão que vai analisar caso a caso, porque



a senhora veja, é um desafio também para o secretário.. tem aqui muitos colegas secretários, como é que você fala "olha servidor x, você agora não tem mais direito a insalubridade", por exemplo. O decreto é porque daí é para colocar todo mundo com aquele foco. O decreto normatiza para todo mundo nesse sentido, olha agora nós temos uma linha de trabalho; foi só isso.. o decreto não quis adiantar como não adiantou, não quis criar desespero para ninguém, porque teve o cuidado que diz que cada caso tem que ser estudado. Claro daí cada servidor e cada secretário vai defender e vai justificar e aí vai se chegar a isso, mas o decreto de Percy não cortou nada e não tem este poder de fazê-la. Vereadora Flávia: eu queria me ater na questão de ajuda de custo. Doutor Vitor: Claro estamos aqui à disposição. Vereadora Flávia: Na verdade o senhor sabe que não é surpresa pra ninguém que represento a Associação dos Professores e a ajuda de custo entrou especificamente por causa da lei do plano de cargos e salários que especifica como verba indenizatória, até acabamos descobrindo nos estudos que a gente fez e até fez a sugestão ao controlador interno que avaliasse o índice da folha e avaliasse os itens que estavam inclusos como gasto com pessoal folha de pagamento e acabamos que ajuda de custo está inserido e não precisa estar inserido. Ele, tudo que é verba indenizatória, acho que o senhor há de concordar comigo, que não é gasto com pessoal. Então, no meu entendimento e também estudando e vendo no Manual da Secretaria do Tesouro Nacional, cada despesa né, ele deixa muito claro que ajuda de custo não faz parte do índice da folha, não pode entrar. Ele entra como verba indenizatória diária, como outras questões de atividade do servidor. Então assim, eu entendo que esse item não deveria estar dentro do decreto, já que o senhor afirmou no início que o decreto só está sendo utilizado porque tá seguindo aquelas premissas da LRF, do ajuste do índice, certo? Então se ele não está no índice, eu gostaria de solicitar a vossa excelência que levasse essa reivindicação, porque a ajuda de custo não pode estar inclusa. Se o estudo é sobre o índice fiscal, ele não pode estar incluso. Não sei se o senhor concorda comigo. Doutor Vitor: eu concordo em termos. Vossa excelência tem razão quando fala se entra ou não o gasto com pessoal. Se nós reportarmos ao decreto anterior que é o 377 de 12 de junho, esse decreto ele deu origem a comissão, e o decreto segundo foi uma sugestão da comissão para as providências. O decreto este que antecedeu, ele fala muito também em buscar arrecadação e diminuir despesas, né então porque que este item está no decreto de sugestão da comissão? por conta deste que antecedeu. Concordo com vossa excelência, mas aqui ajuda de custo não está sendo discutida como o problema do índice, como nós temos certeza absoluta que é um direito do servidor, vou dizer assim, dos professores, de poder chegar sair de sua residência até onde eles trabalham. Isso é inquestionável, a comissão tem muito claro isso daqui, e qualquer estudioso do direito.. não precisa nem ser estudioso. Só que o que está se buscando e assim não tem nada concreto ainda de ajuda de custos, o que está se buscando é garantir que o professor se desloque da sua casa até a escola de uma forma mais barata. Então é só por isso que ele está neste decreto, mas vossa excelência tem razão, ele não pode ser computado como gasto de pessoal, mas ele vai ser computado aqui como uma forma de garantir o direito, atendendo-se o princípio da economicidade. Vereadora Flávia: o senhor diz



isso na questão geral, porque entrar no decreto especificamente, ele não se enquadra, e daí eu digo pro senhor que a gente pode gerar mais um processo coletivo no município, que está se retirando direito, que não consta como índice fiscal, que não está com problemas de descumprimento da legislação, e vai teoricamente se isso acontecer, está tudo sendo dito e nada sendo explicado no sentido da conscientização da categoria, então o que que eu entendo? Que isso aqui vai gerar um problema judicial. Porque se ele não consta com índice e ele for embasado neste decreto para ser retirado aí eu entro com periculosidade e insalubridade na mesma linha, isso aí pode gerar, não economicidade, o maior problema pro nosso município é uma demanda judicial grande com relação a esses direitos. Doutor Vitor: como mais uma das demandas judiciais que nós temos, demandas judiciais de professores que hoje são milionárias; vão que vão ser depois vão ter que entrar com o precatório mas que beiram a casa dos milhões, mas eu entendo que se entrar com uma ação trabalhista, sem ter o desconto vai perder objeto. Nós vamos ter muita facilidade de debater. Neste caso eu acho que a questão do decreto, por estar vinculado com o primeiro, dizer que eu acho que a questão aqui é que é ninguém vai tirar o direito, mas está se buscando entregar o direito de uma forma mais barata. Vereadora Flávia: não eu entendi.. e quando eu disse pro senhor de demanda judicial, caso aconteça, porque o que que a comunidade e os servidores públicos estão entendendo? Um decreto, oficial, publicado e ele tem o objetivo de entrar em vigor baseado naquela legislação, não é isso? O que está se causando é um frisson sem uma conscientização dos servidores públicos. É isso. Claro que a associação também não vai fazer isso. O senhor vai achar que vai ser fácil debater e se for feito, vai ser fácil ganhar. Doutor Vitor: não não não falei isso.. ah entendi. Não excelência, não foi tomado ainda, o que está se buscando é garantir o direito de uma forma mais barata.. isso aí pode tranquilizar vossos eleitores. Vereadora Flávia: com relação ao artigo 2º do decreto, que trata da admissão de remuneração dos cargos comissionados e dos cargos efetivos em comissão, dos proventos dos secretários, do procurador e do vice-prefeito e do prefeito, né, o senhor já antecipou alguma coisa.. Doutor Vitor: é, eu sei que parece que outrora no município fizeram isso com o decreto, não pode, absolutamente equivocada a decisão, a lei ela prevê o cargo em comissão ou mesmo a função gratificada e o valor, qualquer admissão somente com outra lei para fazer, então também. Vereadora Flávia: Tá, então especificamente este decreto está publicado, quando efetivamente ele vai sofrer esses cortes? Doutor Vitor: a comissão tem conversado com a que quase que todo dia, 4, 5 horas de reunião, vou dar um exemplo; hoje entrou em discussão a ajuda de custo dos motoristas.. enquanto a comissão não tiver uma sugestão legal e segura, nada vai ser tomado, então não posso precisar mas conversamos com o Dário, mas ele vai lançar a folha com tudo aquilo que vinham ganhando, enquanto a comissão não tiver essa segurança, nós não vamos tomar nenhuma medida errônea, podem ficar bem tranquilos. Vereadora Flávia: e por fim, o senhor já esclareceu a maior preocupação dos servidores na questão da seguridade, da garantia deles, então, teoricamente o decreto está em stand by. Doutor Vitor: é.. o decreto ele tá com base no parágrafo único do primeiro né, que que essas proibições exceto nos casos de necessidade imprescindível ao atendimento, elas tem que ser justificadas,



enquanto trouxeram para a comissão e a comissão não tiver segurança para dar uma solução, porque não adianta criar uma comissão pra criar o caos para o prefeito né, enquanto nós não tivermos isso não, nada será cortado. Vereadora Flávia: só pra encerrar, eu queria agradecer e fazer um pedido a Vossa Excelencia. Que levasse ao prefeito que essa comissão realmente revisse aqueles itens que est~so lá, porque se ele está enquadrado e seguir aquelas legislações que nós citamos no início e aquelas orientações do MP, Gepatria e Tribunal de Contas.. que fosse revisto e que realmente se colocasse nele o que esta enquadrado nos artigos 23 e 24 da LRF, 169 da Constituição Federal que é o que estabelece realmente o ajuste fiscal pretendido pela legislação. Então gostaria que Vossa Excelencia levasse isso e se possível fizesse um ofício ou correspondência pra acalmar os servidores, que nada será feito enquanto isso não for realmente definido, tendo uma base jurídica pra fazê-lo, e deixar esse povo mais tranquilo para voltar a trabalhar, porque tá difícil realmente... a insegurança está grande entre eles, nós sabemos de 90% deles tirando a classe dos professores, e pra pra deixar muito claro aqui que, no meu entendimento, Vossa Excelencia e a comissão podem fazer os ajustes única e exclusivamente na classe dos professores, que é a qual eu represento. Que é a única que tem carreira, progressão, promoção.. é a única que diz que dentro da legislação pode ser barrado ou interrompido, algumas progressões, avanços, e eu não estou jogando contra, estou falando que o entendimento que a gente tem é que pra essas situações, cabe o ajuste fiscal. Para todas as outras que eu citei para Vossa Excelencia, eu não vejo caber. Todos estão no exercício da função, ou se não, são verbas indenizatórias né? Que vai tirar a capacidade de trabalho dos servidores, então gostaria de pedir que fosse revisto, se o senhor puder colaborar com alguma coisa na Associação dos Professores, tem um estudo que foi entregue, acho que já chegou a suas mãos, que foi feito pela associação; nós estamos disponíveis para fazer outros estudos, inclusive nós temos uma agenda com o nosso secretário, pra dizer que a gente tem intenção de contribuir em relação a essa quantidade de processos, e aí quando o senhor diz que os professores entraram, quer dizer que a Associação não entrou com processo, são todos processos individuais e erros do passado, e que a Associação não tem nenhuma participação com isso e não acho justo porque nós participamos da comissão e do estudo. O erro foi de iniciativa, não tem nada aver coma educação, porém gerou direito pra todo mundo. Então gostaria de fazer esse pedido a Vossa Excelencia para que possamos realmente dar uma tranquilidade para nossos servidores. Agradeço de antemão Presidente: a palavra está aberta para as senhoras vereadoras e senhores vereadores. Doutor Vitor: Presidente, eu posso só aproveitando a fala da vereadora, só.. hoje nós discutimos falando dos professores. Hoje nós temos cerca de 63 dobras, professores que tem um padrão de 20 horas e que daí estão trabalhando o dobro. Considerando que essas dobras, a maioria delas até por um critério que eu acho que é justo, os professores que tem mais tempo de magistério tem esta dobra, hoje Presidente, gasta-se em torno de 110.000 reais por mês de dobra. Considerando o que é o salário inicial nível 1 de um professor em 1287 reais, isso o Tribunal de Contas nos autorizaria, por exemplo, fizesse um PSS hoje para contratar professores para substituir as dobras, teria então por mês em torno de 80 mil de gasto. Então por mês já ia



economizar quase 30 mil e ao final de um ano considerando ali os encargos, cerca de 500 mil. O Tribunal de Contas tem vários julgados que diz que, embora o município esteja com índice de pessoal acima, que teoricamente seria proibido pela LRF, ele pode contratar professores para adequar a dobra, se fosse seguir o princípio da economicidade. É o caso, só que foi uma discussão da reunião de hoje por unanimidade a comissão entendeu, depois ele levar para o Prefeito, é interessante porque se fizéssemos um PSS, vai ser provavelmente títulos, a maioria dos nossos professores que hoje já estão trabalhando na dobra, vão continuar, só que com a diferença com a economia daí nessa economia por ano de em torno de 500.000 né, então é importante quando a vossa excelência diz, olha também não importo que mexam com a classe dos professores, porque hoje eu até não vou me alongar mas eu trouxe aqui o histórico da receita corrente líquida e dos índices de gasto com pessoal. Na verdade, isso se mantém, o gasto de pessoal dá impressão que ele vem aumentando exercício a exercício, só que se nós formos ver os outros servidores, que não os professores, que não tem uma lei de cargos, carreiras e vencimentos, tem professores com 12 anos na prefeitura que se hoje não tivesse num cargo em comissão, vão ganhar um salário mínimo. Na verdade, parte deste aumento com pessoal anual é também em função desse plano dos professores que é maravilhoso. Quicá cada classe dos Servidores tivesse um plano hoje, porque não dá nem para atualizar a remuneração deles. Obrigado.

Vereadora Flávia: já que o senhor citou, quer dizer assim, que são duas viabilidades legais que o senhor não vai discutir nem contrapor, quando o senhor fala em PSS, fal que vai fazer, é uma viabilidade legal. A viabilidade legal da dobra, ela não existiu pra agradar professor, ela existiu pra suprir demanda. Quem chamou pra dobra foi a Secretaria da Educação e isso é histórico né. Se for pra fazer PSS, eu entendo que tem outras legislações que vão impedir, índice de folha, o tempo contínuo de PSS vai gerar.. O que for feito de forma legal, nós estamos abertos a discutir. A associação está de portas abertas e quero dizer que o nosso plano de cargos e salários são vinte anos de luta.. não aconteceu a toa. Existiu uma lei federal que nos permitiu chegar aonde chegamos. Foi muita luta, foi muita responsabilidade para chegar nessa situação. Estamos onde a lei nos permite, nada de excepcional.

Presidente: com a palavra, vereador Brindarolli Junior. Vereador Brindarolli: Boa noite senhores. Procurador, pelo que eu entendi, esse grupo de estudos ainda não adotou medidas, mas já foi feito um estudo para saber se as medidas adotadas, em quanto impactaria a redução da folha, do índice. Qual percentual represente para o próximo quadrimestre, tendo em vista que o quadrimestre anterior que era pra ser apresentado em maio, foi apresentado em julho se não me engano, já estava extrapolado. Boa noite Vereador, na verdade já está extrapolado há muito tempo; por exemplo, é até questionável o próprio concurso público feito em 2015 por que em 2015 o índice já estava extrapolado, e assim.. cada medida para cada medida está sendo feita análise contábil, a calculadora dados e os cálculos para se chegar a ser tomada, mas é o que eu falei para a vereadora, cada medida que vai ser tomada está sendo feito este estudo. Valores é o exemplo que eu dei né, eu posso até dizer eu não falei mas eu tenho os centavos aqui, se esta esta providência em relação as dobras economizaria 503.096,83 mil no ano. Pra cada medida dessa tem sim



esse estudo contábil que é hoje tem que ser feito né. Vereador Brindarolli: no artigo primeiro do parágrafo único, diz lá que as proibições previstas nos incisos acima serão aplicadas de forma generalizada, exceto naqueles casos em que é imprescindível o serviço e ao interesse público. Pergunto: as contribuições pagas até então não eram para atender as necessidades imprescindíveis ao atendimento ao serviço público e interesse público? Doutor Vitor: eu não entendi quando Vossa Excelencia diz as contribuições pagas.. isso eu não entendi. Vereador Brindarolli: as remunerações pagas então, ou seja, lendo o decreto, pressupõe que estava sendo remunerado pessoas que não tinham direito de receber. Doutor Vitor: Não Vossa Excelencia, aí tem que fazer uma hermenêutica, que nós somos o direito sabemos o que é. É interpretação da lei, vamos falar de interpretação desse decreto. Na verdade aqui não é que o que era pago não eram listados imprescindíveis, o que busca aqui é convocar cada um dos secretários a fazer uma reorganização interna do serviço; se para atender determinado serviço eu precisava de tanto os servidores prestando hora extras, é para tentar fazer uma reorganização para que esta hora extra deixe de ser paga. Se para determinado serviço de um tanto número X de servidores recebendo sobreaviso, é para que cada secretário organize pra que possa diminuir. É nesse sentido que o decreto usa o termo e imprescindíveis.. saúde, não tem como cortar alguns tipos de sobreaviso não tem como cortar, mas poxa vida tem 5 sobreavisos, será que não dá pra deixar 3? Será que não dá pra deixar 2? É nesse sentido. Vereador Brindarolli: Tivemos alguns decretos sobre redução de gastos.. entre eles 107, 207, 377 e agora 392. Os decretos anteriores, principalmente o 107 e o 207, também era pra reduzir despesa e aumentar receita. O que aconteceu? Doutor Vitor: de cabeça eu não lembro.. Vossa Excelencia tem a súmula dos decretos aí? Vereador Sebastião Brindarolli: tenho de alguns. Doutor Vitor: leia os favor. Até procuro memorar alguns mas não dá. Vereador Brindarolli: eles eram recomendações do MP e do Gepatria também sobre o Índice da folha.. não tenho aqui a súmula mas o outro era também sobre redução de despesas. Então, foram decretos que reuniram comissões, era pra reunir comissões pelo menos, mas a despesa como o senhor falou, desde 2015º índice vem aumentando, ou não diminuem pelo menos. Doutor Vitor: vem aumentando. Vereador Brindarolli, e assim, as comissões parece que não conseguiram melhorar isso. Doutor Vitor: O senhor não consegue me dizer de quando são os decretos? Um é de junho de 2018 e o outro um pouco antes, e também foram recomendações do Gepatria. Doutor Vitor: veja, este do ano passado de junho, eu vou confiar na sua palavra porque eu de fato não recordo do número do decreto e nem da súmula. Vereador Brindarolli: desculpe, decreto 107, 11 de junho de 2018. Doutor Vitor: este decreto, ele criou comissão, e esta comissão começou e daí se estava esperando uma decisão do tribunal de contas, inclusive esta decisão porque pela LRF ele vai dizer que quando se extrapola o índice de gasto com pessoal, administração tem que no próximo quadrimestre que diminuir um terço do que aumentou, e no quadrimestre segundo dois terços. No tribunal tinha uma decisão que depois o tribunal acabou entendendo que no caso de Morretes este prazo dobrou, então estava-se esperando esta decisão do Tribunal de contas. E nós torcíamos que dobrasse e acabou que esses dois prazos dobraram por conta disso, então



tiveram algumas reuniões depois que saiu a decisão, aí que esta comissão, o senhor deve verificar ali alguns membros devem ter mudados, sentou e são reuniões, duas reuniões semanais de várias horas de discussão, de conversa, de análise, busca jurisprudência, busca o que o tribunal pensa, busca CLT.. nesse sentido. Então foi por isso. Vereador Mauricio: Vereador Brindarolli, só uma parte: esse artigo se não me engano é o 169 da LRF né? 162 e 169, que trata da dobra. Há de ser visto que esse ofício do Tribunal de Contas, ele foi encaminhado mês retrasado, até gostaria de saber o entendimento do senhor, se aplica-se esse ano, ou como já estava o índice extrapolado, ele já se aplica na época da consulta? Mesmo porque foi definido pelo Tribunal que o PIB estagnou, até mesmo baixou e a arrecadação ela diminuiu né.. se não diminuiu, ela ficou igual. Doutor Vitor: é por isso que dobrou né, por isso que dobrou o prazo. Vereador Mauricio: teríamos aí pra baixar um terço dois quadrimestres, e dois terços mais dois quadrimestres. Isso a gente conseguiria invadir até julho ou agosto 2020 né, ou seja, com todas essas ações da comissão, este decreto que o vereador Brindarolli citou, é aquele decreto que na época eu estava na presidência ainda, que o senhor pediu até a nomeação de um vereador, e entendeu que não deveríamos participar, pois eram ações do poder executivo. Bom, voltando a questão do entendimento do Tribunal Doutor, o entendimento é pós resposta ou na consulta. Doutor Vitor: Excelencia, nós entendemos que é pós resposta. Que é da publicação, da decisão do tribunal que falou que o prazo no caso de Morretes por conta dessa estagnação, ele dobraria. Vereador Mauricio: Então teríamos um terço dois quadrimestres e dois terços mais dois quadrimestres e conseguiríamos chegar em agosto de 2020 pra tomar todas essas atitudes.. é isso Isso daí fica aí bem intrínseco né? A questão do aumento da arrecadação. Se conseguirmos aumentar a arrecadação com ICMS ecológico, iptu, tudo que Vossa Excelencia citou aí, o índice, ele vai baixar. Obrigado pela parte vereador. Vereador Brindarolli: bom, no decreto lá, também falava que ficariam suspensas, né apesar das explicações, concessões, vantagens e provimento de admissão em cargo público, dentre outras coisas. Isso não foi cumprido naquele decreto. Voltando esse decreto atual, se a comissão levou em consideração a decisão do STF que versa sobre a irredutibilidade de vencimento em cargo em comissão e os cargos, tá levando em consideração isso, pode levar a uma enxurrada de ações aí não? Doutor Vitor: Excelencia, nós, o artigo 22, ele fala de fato que a lei LRF neste caso você pode reduzir o período de trabalho, jornada de trabalho, com redução dos vencimentos. Eu cheguei a conversar com o Doutor Silvio sobre isso, porque inclusive é uma ação indireta de constitucionalidade que ainda não foi julgada. Por conta disso, uma das atas da comissão consta isso, considerando que a ação direta de inconstitucionalidade ainda não foi julgada, não se mexeu em reduzir carga horária. Porque? Não se sabe né, então de fato, se tomamos consideração, é ADIM 1223 que está questionando este parágrafo único da LRF entendendo que, aí foi pedido, isso já era pra ter sido julgado em agosto, depois um dos ministros cujo nome não me recordo, pediu vistas e de este julgamento acabou se protelando, até então não tem data de julgamento de pauta. Por que tinha num primeiro momento reduzir horário, mas aí por conta disso não foi mexido. Então assim, lhe respondendo, sim, sabemos da adim, temos pleno conhecimento e foi sim



respeitado. Vereador Brindarolli: certo, o artigo 2 do decreto diz o seguinte; serão tomadas medidas visando a diminuição do gasto com pessoal, como a diminuição da remuneração dos cargos efetivos em comissão, dos proventos dos secretários, do procurador-geral, bem como os proventos do prefeito e do vice-prefeito. Pergunto.. quais medidas tomadas visando a diminuição do gasto com pessoal foram tomadas em relação aos secretários, do prefeito e vice-prefeito. E aí, procurador que está de outra cidade aqui também terá desconto no subsídio? Doutor Vitor: todo mundo Vossa Excelencia. E aí vai ser interessante que isso aí tem que, Vossa Excelencia sabe, só projeto de lei. Então, vem projeto de lei, então eu já respondi para sua excelência já na pergunta anterior, vem projeto de lei. Então vai ter a redução de percentual, e tem projeto de lei. Então por isso que está vindo mas não veio ainda. Vereador Brindarolli: eu vi que vinha projeto de lei, mas não sabia quais projetos. A casa está apta pra trabalhar nisso. Seu procurador, estamos quase no final de agosto, e pela lei orgânica, os projetos orçamentários devem ser enviados em setembro. Já está planejada para enviar pra cá alguma coisa disso aí? Doutor Vitor: além do pacote, olha, na verdade quem teria que responder seria o.. perdão presidente, pacote eu digo que vem vários projetos. Quem poderia responder aí é a fazenda.. mas tem que ver. Vereador Brindarolli: Acho que seria pra fazenda também, mas em setembro, nós temos pela LRF, a audiência do segundo quadrimestre. Normalmente, essa gestão tem atrasado as datas da audiência e também é uma das obrigações com o Tribunal de Contas. Essa comissão também está ajustando isso? Porque é interessante, a análise dessa casa também sobre o quadrimestre. Doutor Vitor: é, a comissão na verdade acabou não tendo essa competência de por um maçarico na fazenda para encaminhar os projetos de lei, mas o prefeito fez uma reunião com a equipe da Fazenda cobrando isso, até perguntando o que que tá acontecendo que as leis orçamentárias não estão indo. Até porque essa casa, eu lembro que em algumas sessões anteriores já com toda razão já perguntou sobre isso, mas tem que vir, maçarico vai ter que funcionar. Vereador Brindarolli: pra finalizar, hoje entrei na página do Tribunal de Contas e temos algumas obrigações ainda pendentes, um assunto que não é de hoje. Parece que até foi contratada uma empresa para alimentar sistema, mas nós temos itens do tribunal de contas que não foram atendidos desde outubro 2018. Uma lista aqui de itens não atendidos, faltou entrega do módulo de acompanhamento mensal das informações dos sistemas municipais do mês 10/2018, 11/2018, 12/2018 e assim por diante. Essas informações eu acredito serem importantes para a fiscalização do Tribunal de Contas, até para tomar as medidas, até para sugestões do Tribunal de contas. Gostaria que a comissão também avaliasse isso, porque eu entendo que a parceria para resolver situações, inclusive com Tribunal de Contas. Doutor Vitor: Claro excelência, se a vereadora Flávia me permite, eu vou responder não tá na minha convocação e nem no decreto, mas acho que é importante. Tem muitas obrigações que tem que ser tomadas, e essas obrigações por exemplo, complicam a própria emissão de certidão do Tribunal de contas, prefeito já tem feito reuniões, já tem o maçarico em mãos e infelizmente eu não posso lhe responder mais do que isso né, mas assim, tem sim tem essa preocupação e agora saindo dessa audiência também, não sou a comissão mas eu vou sentar com o prefeito pra gente achar uma forma, ver o



que precisa pra que isso sejam todas cumpridas, tem que cumprir. Vereador Brindarolli: Obrigado procurador. Presidente: com a palavra, Maurício Porrua. Vereador Maurício: Veja Doutor, o senhor falou em resposta a vereadora Flávia, esse decreto também abrange diminuição de despesa. Quando o senhor falou de concurso público, isso já foi pauta de discussões construtivas. Quando a gente fala do concurso público em 2015, se não engano também tô meio fraco de guardar artigo, se não em engano o 42 da LRF, o tribunal nem a LRF ela veda o concurso público quando o município está fora do índice. Mas ela veda sim o chamamento, quando o índice está elevado. Doutor Vitor: Ela veda qualquer ato que aumente. Vereador Mauricio: exatamente, não só de comissionado, mas também do concursado. Qual o seu entendimento do TAC assinado de uma exigência do MP que se chame os concursados.. do hospital ou outros concursados que foram chamados a partir de 2015? Somos sabedores que desde 2015 o município já vem enfrentando essa extrapolação do índice, salvo 2014 teve um recurso do ITR, que o índice baixou para 49% e 205 ele já voltou, se não extrapolou, ele chegou a 54% que é o índice máximo. E aí em 2016 foi chamado concursados, 2017 também, 2018 também, por exigência desse TAC. Então n's cumprimos um TAC que o MP exige o cumprimento e descumpriu uma lei maior, uma constituição federal.. qual o seu entendimento nesse sentido? São válidos os atos? Doutor Vitor: Vossa Excelencia, são termos de ajustamento de conduta incompatíveis. Por que o prefeito está sendo processado por que ele não baixou índice. Mas ele também está sendo processado pelo MP porque ele não chamou do concurso. E aí nós tivemos um caso que é uma contadora, ela foi chamada do concurso, em mandato de segurança o juiz concedeu a liminar, e nós agravamos e o tribunal mudou a decisão do nosso juiz de primeiro grau, entendendo que se o índice está alto, você nos pode chamar. Isso em liminar de um recurso de agravo de instrumento que a decisão vai ser mantida por que o Supremo majoritadamente entende que se o índice está alto, você não pode chamar.. especialmente se for cargos de reserva. Então isso é bem contraditório; este TAC que o senhor falou por exemplo, de ter chamado o pessoal do hospital ainda é mais complexo, porque 2015 nós tínhamos um concurso para a saúde, mas não para o hospital. E todos nós sabemos que uma coisa que é um concurso para saúde mas não para o hospital sabemos que uma coisa é ser enfermeiro de um hospital né Vereador Júnior Brindarolli. Outra é ser enfermeiro de unidade básica de saúde. O próprio concurso é totalmente diferente. Nessa ação que o prefeito tá com carro bloqueado que está se discutindo isso, a nulidade do termo de ajustamento de conduta que depois entrou executando quase um milhão de reais. É contraditório, por que não tem como atender as duas coisas né.. ou é uma coisa ou é outra, então são absolutamente contraditórios. Até é importante, eu quero pegar carona, eu tenho um compromisso 9:30 mas tem tempo; então é interessante por que? porque nós temos até agosto do ano que vem e vejam pela Constituição artigo 69, parágrafo 3º e pela LRF se proíbe horas extras, salvo aquelas que a lei disser ou decisão judicial, se proíbe chamar cargos e etc, mas principalmente essas são as primeiras medidas, a outra é redução de 20% do gasto com comissionados, não é da quantidade de comissionados, do gasto. A outra é mandar, exonerar os servidores em estágio probatório. E a última decisão, lá



na 169 parágrafo quinto e sexto e sétimo, é exonerar efetivos. Esse efetivo vai ter direito a uma remuneração por ano de vínculo com a administração, este cargo público, ele tem que ser extinto e só pode ser provido 4 anos depois. Meu advogado está me ajudando a assessorar aqui, então vejam: são providências muito drásticas, e que infelizmente, se precisar eu me ajoelho aqui, porque aumenta a arrecadação, diminui o índice, infelizmente nós vamos ter que chegar a isso. Porque hoje nem mandando todos os estágios probatórios, resolve o problema. Seria o caos instalado.. infelizmente. Mais algum vereador ou vereadora quer fazer o uso da palavra? Quero agradecer a presença do procurador, e ainda vou deixá-lo fazer as considerações finais, mas eu penso que.. eu vou fazer as minhas considerações com a sua fala, a gente pode aprender algumas coisas aqui, por exemplo, nós vamos ter logo o pacote do Doutor Victor, vai ter o maçarico do prefeito, é complicado.. o que me chama atenção e é realmente preocupante, a gente vem essa casa vem discutindo isso já algum tempo, eu acho que é uma injustiça sem tamanho e é o fruto da democracia, é uma injustiça sem tamanho um prefeito empregar e sobrar para outro prefeito demitir. Isso é uma tremenda injustiça. Não é verdade? O que acontece hoje com o nosso município não é fruto deste governo, são circunstâncias; isso não se pode não se pode esconder o que está acontecendo. Foram anos de concursos foram anos de falta de planejamento no nosso município, não é questão de dois anos, não se tem eu falei isso aqui de tribuna, não se tem planejamento nesse município há mais de 20 anos. Essa é a grande realidade e continuamos sem planejamento. Eu entendo, olha eu entendo eu quero entender tudo que você falou aqui, mas é difícil que salário é quase que sagrado. Você vai mexer em salário, a gente tem discutido por que como é que vai se mexer em salário? É eu vi o procurador falar sobre alguns cortes de coisas que são ilegais, para corte de gás precisa de crédito nenhum, o que que vai precisar de uma lei de responsabilidade fiscal para cortar uma hora extra que tá sendo paga sem fazer ou cortar uma insalubridade de alguém que não está mais na função insalubre e não precisa de crédito. Eu não consigo entender também quando o Dr Vitor foi muito feliz na explanação aqui, mas é difícil de entender que primeiro se faz um decreto, primeiro se nomeia uma comissão, essa comissão auxilia o prefeito a fazer um decreto pra depois estar se reunindo não sei quantas vezes por semana para aplicar o decreto. Quando se fez o decreto já tinha que se saber o que era aplicável ou não. E aí o que se criou? Se criou essa expectativa e eu vejo aqui o pessoal da saúde aqui e eu sempre parabenizo, principalmente o pessoal de carreira, que é um trabalho longo, de longo prazo e pessoal de epidemiologia que faz um excelente trabalho em Morretes há muitos anos, mas o que se viu hoje aqui foi vacina então né? Uma vacina preventiva porque não tem nada decretado ainda. Pelo menos não vi.. tá todo mundo assustado, tá os servidores assustados, estamos nós assustados, o procurador com a equipe e tão trabalhando, mas o que que a gente vê? Que ainda não tem nada decidido e de repente daqui 2 ou 3 meses e nós estamos em outubro, nós temos todo um todo um trâmite que depende de datas, eu imagino que por mais boa vontade que a casa tenha, nós fechamos o ano sem votar as coisas que viram, as decisões que viram. Eu imagino, por que já estamos em agosto.. terminando agosto. Então eu acho que é uma expectativa e aí eu parabenizo a vereadora



por ter feito o requerimento, que pelo menos se sai daqui com alguns esclarecimentos que eu gostaria de pontuar. O primeiro é que a calamidade ainda não chegou, segundo que o que se fala em verso e prosa de que as decisões estão na Câmara não é verdadeiro; não tem nenhuma decisão aqui na Câmara não tem nada tramitando. Eu acho que a gente entrou na vitrine com esse requerimento da vereadora, e com a presença ilustre e o senhor foi muito feliz nas suas colocações, mas eu entendo que nós se tornamos uma vitrine em um assunto que ainda não aconteceu. Mas eu não quero ser aqui mensageiro do Apocalipse, mas os paranaenses estão todos felizes porque o pedágio vai abaixar. Eu fazia um comentário com um amigo meu vereador em Curitiba, viajava com ele ano passado, foi lá essa felicidade de que o pedágio vai abaixar deve estar tirando o sono do perfeito, porque o iss do pedágio, aí nossa arrecadação vai diminuir ainda mais. Então não quero ser aqui nenhum.. agora eu termino aqui e parabenizo os vereadores que também fizeram uso da palavra, mas eu termino dizendo o seguinte: de que o caos na verdade já está instalado né, você ouvir nós que somos políticos que temos os amigos aí querendo ser perfeito, quando você vê que o seu Osmair está com bens bloqueados, eu falava com ele essa semana, ele comentava sobre isso com bens bloqueados, quando se fala que ele tem.. isso eu acho a coisa mais absurda, é processado porque não empregou e é processado por quem empregou. E aí imagine para quem quer ser prefeito, saber que vai passar exatamente por essas coisas. Eu acho que é complicado eu eu diria que não é nem, nós fugimos de questões políticas, eu tenho dito e tenho falado fui durante o início do mandato do prefeito Osmair, eu fui ferrenho nas minhas colocações, hoje já não sou mais porque entendo que Morretes não precisa mais de dois três quatro grupos. Os políticos de Morretes precisam se unir para salvar a situação. E eu tenho me colocado a disposição disso, e eu acho que o momento é realmente de caos. E eu tenho dito que nós eleitores precisamos começar agora a partir de já, a gravar os discursos dos pretendentes a cadeira do seu Osmair, porque para depois a gente mostrar para eles.. eu tenho dito por que nunca na história, os pré-candidatos souberam da situação como sabem hoje até pelas pela força de redes sociais; então quem for pra lá, quem quiser ser prefeito não adianta chegar lá e se for eleito ficar reclamando do seu Osmair. Quem chegar lá vai ter que chegar lá sabendo que tá pegando uma situação de caos no município e não adianta, então se a coisa tá sabendo que tá ruim, não adianta querer fazer agora um discurso de Salvador da Pátria porque vai aparecer gente dizendo que resolve a situação. Todo mundo resolve situação durante a campanha, depois que tá lá põe a culpa no anterior. Essa é a grande verdade, então o caos está instalado, é uma situação que vem de muito tempo, o município que não teve planejamento nesses últimos 20 anos.. é só ver as atitudes. Por outro lado, eu entendo que você taxar, agora imagine Dr Vitor, imagina um funcionário que ele vai ter uma diminuição lá de 20% no salário dele independente do que ele, qual a forma que ele foi admitido, aí esse mesmo funcionário ele tem 20% de salário, diminui seu salário 20%, aí vem pra Camara e nós aprovamos taxas e impostos para cima desse cidadão. Quer dizer, ele vai ganhar menos ainda vai ter que pagar mais. Isso vai ter que ser muito discutido e eu tô discutindo isso. Eu quero discutir essa taxa de cobrança



de água e cobrança de coleta de lixo em conta de Sanepar, que para mim eu sou defensor, eu já fui defensor disso, mas com esse caos instalado de que forma que vai fazer isso? Como é que nós vamos cobrar conta, coleta de lixo.. temos aqui o seu Otávio que foi acumulou a pasta do meio ambiente e sabe disso, como é que nós vamos cobrar coleta de lixo na conta da Sanepar se nós temos o Grande Rio Sagrado que produz um caminhão de lixo por dia e não tem conta da Sanepar. Quer dizer que eles vão continuar sem pagar então a minha sugestão qual foi? junto com o projeto da Sanepar vem um projeto da Amorisa. Por que por que a Amorisa cobra, tem relógio e cobra a água, então não veio. O que que o que que eu tô pegando aqui já tem algum tempo, junto com o projeto da cobrança da coleta de lixo na conta da sanepar, vamos aplicar a lei federal que fala que o grande produtor de resíduos precisa ter o seu pgrs. Porque aí sempre estoura no pequeno e nós tínhamos uma coleta de lixo as dezesseis horas do domingo somente para atender aos restaurantes, porque na segunda feira, o caminhão de manhã não conseguia atender todos os restaurantes e mais os domicílios. Tá, e nessa lei como é que vai ficar? Como é que vão ficar os restaurantes? Como que eles vão pagar? Eu já li a lei, não achei nada lá. Quanto vai se pagar de taxa por mês pra Sanepar fazer essa cobrança no talão? Tem cobrança, mais dinheiro para a Sanepar que ainda não disse porque veio pra esse município. Então não adianta.. agora vou dizer, vereador Maurício esta há mais de dez anos falando aqui sobre a cobrança da Copel, e agora é a primeira vez que eu ouço alguém do executivo dizer que vai procurar isso, apesar de que eu já fui e já vi que aquela usina ali, dentro de produção de energia, ela é isenta de pagar. Existe uma lei federal que diz que o quanto que a usina tem que pagar, aquela é isenta de pagar, mas tudo bem. Agora, eu tenho uma lei nessa casa de minha autoria que diz que; e eu fiquei feliz essa semana de ver que foi aplicada a lei 478 de 2017 também de minha autoria e os senhores votaram, que cobra da Sanepar uma multa e teve aqui o departamento jurídico deve ter trabalhado ativamente nisso, jurídico do executivo e mais o secretário Otávio que trabalharam com isso, agora de que a Sanepar esta sendo multada em quatrocentos mil reais. Isso é tirar de quem tem, agora tem uma lei de minha autoria, acho que foi 2010, 2011 e é o que? Cobrar o uso do solo da Copel por causa do poste. Só que até hoje já se passaram 10 anos talvez dessa lei aprovada aqui na casa, até hoje ninguém foi cobrar tem que cobrar da Copel, porque a hora que bate um carro no poste, a primeira coisa tá aqui o Dorival que tava olhando muito tempo nisso, meu irmão, a primeira coisa que a Copel faz é cobrar o poste do cidadão que bateu com o carro lá. Mas quem que varre em volta do poste todo dia? É o município. Quem é que roça em volta do poste todo dia? É o município e não ganha nada com isso. Mas a lei ta aprovada.. é isso que tem que ir atrás disso. Muito acertadamente o Doutrou Vitor falou sobre a questão do IPTU. Voce não tem que cobrar de quem já paga, tem que cobrar de quem não paga. Então não adianta aumentar o IPTU, tem que cobrar. Principalmente daqueles que tinha uma casa de 100 metros quadrado, hoje tem de 1000 metros e continua pagando sobre 100 agora vai ter que ter um gasto para isso.. fazer um georreferenciamento? Vai ter que fazer. Agora, taxar e essa taxa vai cair em cima do funcionário que vai diminuir o salário ainda vai ter que pagar mais imposto aí é a hora que a coisa dá para dar o nome de pacotão mesmo.. e por



o maçarico pra funcionar. Muito obrigado o senhor está com a palavra. Doutor Vitor: prometo que vou ser bem breve.. bom, eu queria agradecer o convite, é sempre uma satisfação estar aqui, sempre aprendi e aprendo muito com vossas excelências.. e Presidente, o senhor tem razão. A cobrança pelo uso do poste pela Copel, a gente já faz levantamento, mas nós precisamos de fato fazer o georreferenciamento para indicar quantos postes existem aí, para entrar com uma ação em face da Copel, e claro é a que é importante como nós ganhamos um tempo, de duplicar o prazo da lei de responsabilidade se forem aprovados os projetos de lei para aumentar por exemplo o IPTU, eu acho que nem precisa diminuir o 20% para os servidores. Então acho que como o senhor falou é um caos, acho que é importante ficar muito claro que é uma herança.. eu até trouxe dados, mas não vou me alongar e falar em valores e índices, mas eu tenho toda documentação, historicamente o índice sempre esteve acima, porque na verdade, a arrecadação, uma hora ela aumenta, depois ela diminui, e o gasto com pessoal ele sempre vem numa crescente. E aí não é culpa dos comissionados, até porque nessa gestão, o número de é bem pequeno é bem pequeno.. e o gasto com eles também. Se exonerasse todos e resolvesse o problema o prefeito já teria feito. Não resolve o problema nem exonerando todos os que estão em estágio probatório infelizmente; mas claro, a luz no fim do túnel são essas reformas legislativas né, pra eventualmente aumentar alguns produtos, alguns tributos, e nós estamos correndo com essas outras providências. O senhor você falou bem, a Sanepar tem um problema, porque quem vai alterar a via pública tem que primeiro pedir autorização se não é multado por que não pediu, quando altera tem que deixar como estava antes porque senão é multado pelo tamanho da obra. Tem sim uma multa grande, já entraram em contato com alguns tentando um acordo mas não tem como fugir, falei cobra da terceirizada de vocês se a Sanepar não tem a terceirizada deve ter motivo pra você ter dinheiro tem que cobrar. Mas assim para concluir, eu agradeço aí agora agradeço a presença de todos os senhores. Agradeço pela oportunidade Presidente, sempre estaremos à inteira disposição desta casa tá bom eu agradeço e, servidores, não vai ser cortado nada de vocês que tenha fundamento legal, não se preocupem com issom tem muitas brigas na nossa comissão mas tem sim é muito nítido desse foco, não se preocupem, nada que é de direito de vocês que tá regular vai ser cortado. E aí eu encerro, deixo o abraço do prefeito e volto a afirmar.. eu não conheci um prefeito tão humilde, tão modesto, tão preocupado com Morretes e tão de bom caráter. Ponho a mão no fogo pelo Marajá. Uma boa noite, muito obrigado. Presidente: antes de passar para a ordem do dia, gostaria de dizer que fui informado que o procurador e a família já transferiu o título para Morretes. III -ordem do dia. presidente – apreciação das proposições de requerimento. Presidente - proposição de requerimento 048/2019. Secretária - O Vereador Sebastião Brindarolli Jr, no uso de suas atribuições legais previstas do Regimento Interno, artigo 127, inciso VI, e considerando as funções específicas da Câmara que é a fiscalização e controle de caráter político-administrativo do Poder Executivo Municipal, de acordo com o do Art. 2º, § 2º do mesmo Regimento, leva à apreciação dos senhores Vereadores a seguinte Proposição: Requerimento ao Poder Executivo, solicitando informações atualizadas sobre o caminhão marca/modelo Ford F-4000, placa AOK 3557, caminhão esse que fazia o



transporte do leite nas cooperativas, que se encontrava abandonado em uma oficina mecânica em Curitiba conforme denúncia e fotos em anexo ao requerimento de número 72/2018, se o mesmo já está em circulação, qual secretaria está lotado esse caminhão e também o custo total dessa reforma para os cofres públicos. Justificativa: Vale salientar que informações solicitadas visam proporcionar a transparência às ações governamentais e legitimar a função fiscalizadora do vereador em vista do bem comum. Palácio Marumbi, Morretes, 20 de agosto de 2019. Sebastião Brindarolli Junior Vereador. Presidente – a proposição de requerimento nº 048/2019 está em discussão..... a proposição de requerimento nº 048/2019 está em votação..... os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem..... presidente – aprovado..... Presidente – passamos para apreciação dos projetos de lei de iniciativa do poder executivo. Presidente – 2ª apreciação do projeto de lei nº 2154/2019 só a súplica senhora secretária. secretaria - projeto de lei nº 2154/2019 - Súmula: "cria 03 (três) cargos de procurador do município de morretes e dá outras providências". presidente - o projeto de lei nº 2154/2019 está em 2ª discussão... Vereadora Flávia: vamos discutir: só reafirmar todas as justificativas do porque dei meu voto contrário na última sessão, e depois de hoje elas estão mais claras na minha cabeça com relação ao descumprimento da legislação, tribunal de contas, as orientações que são dadas com relação a concurso público e abertura de vagas nesta atual circunstância, então eu quero registrar meu voto contrário. Vereador Mauricio: vamos discutir. Quero só deixar meu voto favorável mesmo porque o artigo 42 ele veda o chamamento, e não a abertura do concurso público. Obrigado. O projeto de lei está em 2ª votação... os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem..... Presidente - aprovado em 2ª apreciação o projeto de lei nº 2154/2019. Vereador – Questão de ordem senhor presidente: considerando que o presente projeto de lei não foi objeto de discussão requeiro a dispensa da 3ª apreciação do mesmo. Presidente – a dispensa da 3ª apreciação do projeto de lei 2154/2019 está em discussão..... A dispensa está em votação... os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. presidente - aprovado. Presidente – apreciação dos projetos de lei de iniciativa do poder legislativo. Presidente – 2ª apreciação do projeto de lei nº 2156/2019 só a súplica senhora secretária. Secretária - projeto de lei nº 2156/2019 - súplica: "fica obrigatória nas agências bancárias do município de morretes a instalação de porta eletrônica de segurança individualizada em todos os acessos destinados ao público." Presidente - o projeto de lei nº 2156/2019 está em 2ª discussão..... o projeto de lei está em 2ª votação... os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem..... presidente - aprovado em 2ª apreciação o projeto de lei nº 2156/2019. Vereador – questão de ordem senhor presidente: considerando que o presente projeto de lei não foi objeto de discussão requeiro a dispensa da 3ª apreciação do mesmo. Presidente – a dispensa da 3ª apreciação do projeto de lei 2156/2019 está em discussão..... a dispensa está em votação... Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Presidente - aprovado. Presidente - leitura da redação final dos projetos aprovados na presente sessão..... Considerando que o projeto de lei nº 2154/2019 foi aprovado com sua redação original, coloco em dispensa a leitura da redação final do



mesmo..... a dispensa está em discussão... a dispensa está em votação... os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Presidente – aprovado. Presidente - encaminhe-se o projeto de lei nº 2154/2019 para sanção do prefeito. Presidente - considerando que o projeto de lei nº 2156/2019 foi aprovado com sua redação original, coloco em dispensa a leitura da redação final do mesmo..... A dispensa está em discussão... a dispensa está em votação... os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. presidente – aprovado. Presidente - encaminhe-se o projeto de lei nº 2156/2019 para sanção do prefeito. IV – Encerramento: Senhora secretária algum Vereador inscrito para uso da palavra? Secretária: Vereador Brindarolli. Vereador Brindarolli: Presidente, permita-me falar da bancada. Senhores, aproveitando que o procurador está aqui, o decreto causou para mim, um impacto negativo. Assustou todo mundo, mas até agora não foi feito nada efetivamente para alavancar, aumentar as receitas, ou diminuir as despesas. Temos aí como falou o Presidente, os repasses da ECOVIA que devem diminuir.. ouço falar desde 2017 da questão da Copel, desde 2017 cobramos a questão dos veículos que estão no pátio se depreciando e não foi feito leilão até hoje. Então, são algumas situações que a comissão também deve levar em consideração. Dentre outras, essa questão da cobrança de multa da Sanepar, que já vem aí essa cobrança a bastante tempo, se for cobrado quatrocentos e seis mil, reduza o índice aí em quase 2% da folha, então acho que o maçarico tem que esquentar bastante lá, pra reduzir a folha com essa questão da lei aprovada nesta casa com autoria do presidente. Permita-me fugir um pouquinho do assunto, mas é importante.. porque nesta casa foi aprovada em 2013, uma lei de autoria do ex-vereador Tadashi, que é meu conterrâneo, que homenageia o dia da montanha, o dia da conquista do Pico do Marumbi, conquistada em 21 de agosto de 1879. Perfil montanhoso, o mais importante, visto do Porto de Cima, em Morretes já partiram pra lá muitos conquistadores, entre eles o Joaquin Olimpo de Miranda..hoje temos de nome Olimpo lá o pico mais alto, que fica a 1539 metros de altura. Tem algumas hisórias sobre a questão do Pico do Marumbi.. destaca-se ainda algumas caravanas, entre elas a primeira senhora a escalar, Dona Ercilia Pinheiro de Lima, numa expedição em 1902 escalou o Pico Marumbi. Participaram também algumas pessoas importantes na nossa cidade por exemplo, Olimpio Trombini, Bernardo Bittencourt. Já em 1934, o farmacêutico Roberto França enviou outros líderes, Alfredo Malucelli, Alfredo Petersen, Menésio Pereira, Eugenio Dal Estela, Juca França organizaram a escalada no Pico com a primeira cruz de ferro e lá foi rezada a primeira missa, só conseguiram levar o padre pra rezar a primeira missa lá, padre de nome João Palendesi. Era isso, pra não deixar passar em branco a lei de autoria do meu conterrâneo e o dia da montanha que ainda é um dos atrativos do turismo de Morretes. Quem sabe, falta algo a ser feito para mostrar ainda mais o Pico, valorizar mais a questão do turismo local, seria interessante também pra aumentar os recursos, as receitas no município e investir no turismo. Muito obrigado, boa noite a todos. Vereador Mauricio Porrua: questão de ordem senhor Presidente. Primeiro parabenizar Vossa Excelência pelas considerações feitas ao procurador, mesmo porque Vossa Excelencia demonstra bastante conhecimento de aumentar arrecadação e diminuir despesa, complicado você tirar com uma mão



né, e colocar mais imposto com a outra. Mas temos que seguir essa linha que Vossa Excelência falou, primeiro começar a entender que o município precisa arrecadar mais, mas de uma forma sadia, cobrar de quem não paga... Questão da usina, a Copel pra mim é outra igual a Sanepar né, ela tem quatro turbinas lá, ela não recolhe hoje porque ela usa uma só num país que precisa de energia, como eles sempre reclamam, que falta energia por isso sobe o preço, temos 4 turbinas e funciona só uma pra não pagar os royalties pro município. Uma pena né, um pecado. Quanto a fala do vereador Brindarolli, e a gente vem debatendo aqui, foi levantado por Vossa Excelência a questão do PDV. Uma questão interessante pra que o município comece a estudar, mesmo não tendo recursos, estudar a possibilidade de parcelamento, mesmo porque se a pessoa optar pelo PDV, e também aceitar a questão do parcelamento, ela já deixaria de receber e receberia um parcelamento.. de repente um pouco maior do que o salário. Com isso também o índice iria abaixar, mesmo porque já são aposentados, já teria um salário.. o mal não seria tão grande, mas uma questão levantada pelo vereador Brindarolli e é uma questão que eu acredito que deva ser avaliada pela comissão, mesmo porque o acordo PDV ele não entra no índice, então nós temos mais essa vantagem. Muito obrigado senhor Presidente. Vereadora Flávia: Questão de ordem senhor Presidente. Gostaria de registrar nos anais da Casa o passamento do ex vereador João Pinto Veloso, na década de 70, hoje nos deixou e servidor de carreira, inclusive fui procurar e nós vamos ter que resgatar essa historia, porque ele não aparece como Presidente da Casa. Servidor de carreira do município e hoje nos deixou, e tem um grande legado de trabalho grande aqui no nosso município. Entao só para deixar registrado. Presidente - agradecemos a presença de todos, mas antes eu preciso trazer aqui s meus pedidos de desculpa ao vereador Brindarolli pela forma rude com a qual eu o tratei na ultima sessão, onde na sua contrariedade o seu voto. Então quero lhe pedir desculpas e dizer que aquilo aconteceu porque eu me senti quase marcando o gol e o senhor me tirou a bola. E como não há nada mais a ser discutido e apreciado, dou por encerrada a presente sessão. Por fim, eu Vereadora Marcela da Silva Elias redigi a Ata que após lida será assinada por mim e pelo Presidente Vereador Pastor Deimeval Borba.